



Consmid

II Congresso Nacional de Saúde
Materno-Infantil e
Desenvolvimento Infantil

PRÉ-NATAL EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Prenatal Care In Women Deprived Of Their Liberty: An Integrative Review

RESUMO

A gestação representa um período de intensas transformações, sendo ainda mais desafiadora para mulheres em situação de vulnerabilidade, como aquelas privadas de liberdade. Embora existam normativas que assegurem o direito à atenção integral, a efetivação da assistência pré-natal em unidades prisionais ainda enfrenta barreiras significativas. O objetivo deste estudo foi discutir a prática da assistência pré-natal às gestantes privadas de liberdade. Trata-se de uma revisão integrativa realizada em julho de 2025, a partir de buscas nas bases LILACS e BDENF, acessadas pela Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além das bases SciELO e PubMed. Foram utilizados os descritores “Prisões”, “Gestantes” e “Cuidado Pré-natal”, combinados pelo operador booleano AND, o que resultou em 140 estudos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 10 artigos compuseram a amostra final. Os resultados evidenciaram que o pré-natal no sistema prisional é marcado por práticas tecnicistas, escassez de recursos, desumanização do cuidado e barreiras de acesso aos serviços, comprometendo a saúde materno-infantil e ampliando desigualdades sociais. Conclui-se que, apesar das políticas públicas vigentes, persistem falhas estruturais, organizacionais e éticas, sendo imprescindível a articulação entre Estado, instituições e sociedade civil para assegurar um cuidado justo, integral e humanizado às gestantes em privação de liberdade.

Vitória Maria dos Santos Batista

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí
Orcid ID do autor (<https://orcid.org/0009-0003-8339-6089>)

Ana Caroline Hipólito Nobre

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí
Orcid ID do autor (<https://orcid.org/0009-0007-2467-6004>)

Camilly Kauny Alves de Macedo

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí
Orcid ID do autor (<https://orcid.org/0009-0000-4354-5746>)

Danilo Ferreira dos Santos

Acadêmico de Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí
Orcid ID do autor (<https://orcid.org/0009-0002-9912-4769>)

Francianne Rocha Brito Aguiar

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí
Orcid ID do autor (<https://orcid.org/0009-0006-2618-4778>)

Lara Beatriz Sousa Oliveira

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí
Orcid ID do autor (<https://orcid.org/0009-0007-4713-0303>)

Emanuella Sousa Rodrigues

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí
Orcid ID do autor (<https://orcid.org/0009-0004-0645-3657>)

Mariane Perpétua de Sousa Moura

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí
Orcid ID do autor (<https://orcid.org/0009-0003-5844-662X>)

Ially Soares de Carvalho

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí
Orcid ID do autor (<https://orcid.org/0009-0003-3076-0334>)

Gerdane Celene Nunes Carvalho

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará
Orcid ID do autor (<http://orcid.org/0000-0001-9625-7617>)

PALAVRAS-CHAVES: Assistência Pré-Natal; População Privada de Liberdade; População Vulnerável; Acesso Universal à Saúde



Consmid

II Congresso Nacional de Saúde
Materno-Infantil e
Desenvolvimento Infantil

ABSTRACT

***Autor correspondente:**
Vitória Maria dos Santos Batista
batist89vitoria67@gmail.com

Recebido em: [31-07-2025]
Publicado em: [28-08-2025]

Pregnancy represents a period of intense change, which is even more challenging for women in vulnerable situations, such as those deprived of their liberty. Although there are regulations that guarantee the right to comprehensive care, the implementation of prenatal care in prison facilities still faces significant barriers. The objective of this study was to discuss the practice of prenatal care for pregnant women deprived of their liberty. This is an integrative review conducted in July 2025, based on searches in the LILACS and BDNF databases, accessed through the Virtual Health Library (VHL), in addition to the SciELO and PubMed databases. The descriptors “Prisons,” “Pregnant Women,” and “Prenatal Care” were used, combined by the Boolean operator AND, which resulted in 140 studies. After applying the inclusion and exclusion criteria, 10 articles comprised the final sample. The results showed that prenatal care in the prison system is marked by technical practices, scarcity of resources, dehumanization of care, and barriers to access to services, compromising maternal and child health and widening social inequalities. It was concluded that, despite current public policies, structural, organizational, and ethical failures persist, making coordination between the state, institutions, and civil society essential to ensure fair, comprehensive, and humane care for pregnant women in prison.

KEYWORDS: Prenatal Care; Incarcerated Population; Vulnerable Population; Universal Access to Healthcare



INTRODUÇÃO

A gestação marca o início de uma nova vida, que carrega consigo intensas mudanças tanto físicas quanto psicossociais na mulher (Piccinini *et al.*, 2008). Em se tratando do cenário carcerário brasileiro, se torna ainda mais um desafio para as mulheres gestarem em condições em que as tornam vulneráveis, como as mulheres privadas de liberdade. Segundo Carmo & Guizardi, 2018 dentro do entendimento de vulnerabilidade, não estão apenas relacionados à precariedade ou escassez de renda, mas também relacionadas a vínculos afetivos, desigualdades de acesso a bens e serviços públicos. Como preconizado pelo Ministério Da Saúde, 2012, o pré-natal deve ser iniciado o mais breve possível depois da confirmação da gestação. Sendo uma etapa essencial que garante a saúde do binômio mãe-bebê, permite identificar precocemente doenças maternas ou fetais, além de orientar sobre os cuidados necessários durante o período gestacional (Brasil, 2012).

Em se tratando das gestantes privadas de liberdade, a assistência pré-natal é garantida pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade No Sistema Prisional (PNAISP), a política estabelece diretrizes que permitem o acesso integral à saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecendo as particularidades deste grupo e a importância da articulação intersetorial (Brasil, 2014).

Também garantem o acesso ao pré-natal, a Constituição Federal e a Lei de Execução Penal, ao propiciar o direito à saúde e à uma maternidade digna, para que recebam acompanhamento adequado, com estrutura física e assistência humanizada (Brasil, 1988; Brasil, 1984). Ainda, pode-se citar, a Política nacional de atenção às mulheres presas e egressas (PNAMPE), que dispõe a adoção de procedimentos que se adequem às especificidades das gestantes (Brasil, 2014).

Entretanto, apesar da existência de normativas que asseguram o direito à atenção integral à saúde das mulheres privadas de liberdade, há entraves para a efetivação da assistência do pré-natal, tais como a descontinuidade da atenção e a carência de profissionais capacitados (Moreira *et al.*, 2019; Picolí *et al.*, 2014). Estes impasses afetam diretamente a qualidade da atenção e colocam em risco a saúde do binômio mãe-bebê, contribuindo para desfechos negativos (Moraes, 2022). Logo, as gestantes não enfrentam apenas os desafios próprios da



gestação, mas também a negligência do estado quanto a garantia de seus direitos básicos atendidos (Sales *et al.*, 2021).

Diante destas considerações, surgiu a seguinte questão de pesquisa: Quais são as evidências científicas disponíveis na literatura sobre a assistência de enfermagem prestada para as gestantes privadas de liberdade?

Por isso, o atual trabalho tem como objetivo discutir a prática da assistência pré-natal às gestantes privadas de liberdade. Buscando proporcionar visibilidade a esta temática, assim como promover reflexões sobre a prática mais equitativa do serviço, de modo que contribua para a melhoria na qualidade da assistência.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa trata-se uma Revisão Integrativa (RI), um método de pesquisa que visa subsidiar a Prática Baseada em Evidências (PBE), que se caracteriza por uma abordagem voltada ao cuidado clínico e ao ensino fundamentado no conhecimento e na qualidade da evidência (Souza, Silva e Carvalho, 2010). Isso permite a combinação de evidências na prática clínica, com o objetivo de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um determinado tema contribuindo para o aprofundamento do conhecimento na área investigada.

No desenvolvimento da RI, seguiram-se as etapas metodológicas propostas por Souza *et al.*, 2010, sendo elas: identificação do tema e elaboração da pergunta norteadora; busca na literatura e estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados; e apresentação da revisão.

A questão norteadora foi construída a partir da estratégia PICO, que consiste na identificação do P= População/Pacientes, I= Intervenção, C= Controle/Comparação e O= Desfecho, e abrangeu a população (gestantes privadas de liberdade), intervenção (identificar a assistência de pré-natal desse grupo), o controle (não foi aplicável por se tratar de uma revisão integrativa descritiva, sem grupo comparativo) e desfecho (qualidade do cuidado de pré-natal prestado a esse grupo).



A partir disso, elaborou-se a questão norteadora presente na revisão integrativa, sendo ela: Quais são as evidências científicas disponíveis na literatura sobre a assistência de enfermagem prestada para as gestantes privadas de liberdade?

A coleta de dados foi desenvolvida no mês de julho de 2025, a partir de artigos científicos disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com a utilização das bases de dados LILACS e BDENF. Também foram utilizadas a base de dados SciELO e PubMed. Os descritores utilizados para a busca foram: "Prisões", "Gestantes", "Cuidado Pré-natal", combinados com o operador booleano AND. Na PubMed, os descritores empregados foram: "Prisons", "Pregnant women", "Prenatal care". A combinação dos termos foi realizada conforme os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos.

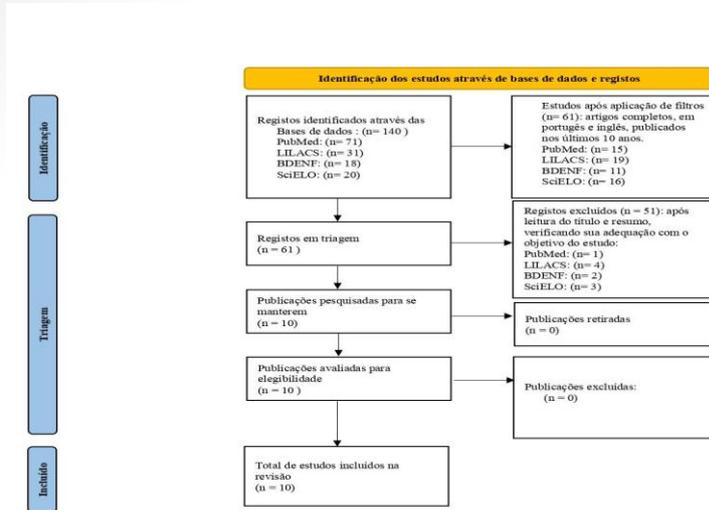
Para a organização da seleção dos estudos, foi utilizado o modelo Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses (PRISMA), o qual orientou o processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos artigos, conforme a Figura I.

Assim, os critérios de inclusão utilizados foram: artigos publicados nos últimos 10 anos; disponíveis na íntegra, nos idiomas português e inglês; estudos primários, com delineamento qualitativo, quantitativo ou misto; artigos que abordassem diretamente a assistência à saúde de gestantes privadas de liberdade, com foco específico no pré-natal; publicações compatíveis com a questão norteadora; além de estudos que considerassem gestantes em qualquer idade gestacional, independentemente de serem primigestas ou múltiparas, e que estivessem inseridas em contextos prisionais.

Já os critérios de exclusão foram: estudos que abordassem exclusivamente o puerpério, o recém-nascido ou os filhos das mulheres privadas de liberdade; estudos que mencionaram gestantes em privação de liberdade apenas de forma secundária, sem foco na assistência pré-natal; publicações repetidas entre bases; e tipos de documentos como cartas ao editor, cartilhas informativas, editoriais, vídeos, revisões integrativas, revisões sistemáticas, dissertações e monografias.

Diante disso, observa-se a Figura I, onde apresenta o Fluxograma de seleção dos estudos baseado no método PRISMA, correspondendo a todas as bases de dados utilizadas para a consulta dos artigos e o processo de seleção do material analisado.

Figura I – Fluxograma de coleta de dados e seleção dos estudos



Fonte:Elaborado pelos autores, 2025.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados, a partir dos descritores utilizados, 140 artigos na busca inicial com descritores e operador booleano definidos. Após analisados e obedecerem rigorosamente aos critérios de inclusão e exclusão, já descritos na metodologia foram selecionados 10 artigos sobre pré-natal em mulheres privadas de liberdade.

Os artigos foram publicados predominantemente, no ano de 2020 representando 40% da amostra e outros 60% se distribuem em uma publicação em cada um dos seguintes anos, 2015, 2016, 2017, 2018, 2024 e 2025.

Evidenciou-se que a maioria dos artigos estão relacionados a pesquisas descritivas (60%), estudos qualitativos(30%) e estudo misto(10%). Além desses dados avaliados, também cabe ressaltar os tipos de periódicos a qual os artigos foram publicados, aos quais são 6 publicações em periódicos de saúde pública, saúde coletiva e saúde, 2 em periódicos de enfermagem, 1 em periódico de saúde materno-infantil e 1 em periódico de psicologia, diversidade e saúde. A análise dos dados e síntese dos artigos encontra-se disposta no Quadro 1.



Quadro 1 – Caracterização dos artigos selecionados para o estudo.

Título	Autor, Ano, País	Tipo de estudo/ Objetivo	Representatividade da amostra	Estratégias utilizadas	Resultados	Conclusão
Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-natal.	Texeira de Santana, Oliveira, Bispo, 2017. Brasil	Estudo exploratório descritivo / Compreender as vivências das mulheres frente à gestação, maternidade e assistência no pré-natal em cárcere.	10 gestantes em privação de liberdade.	Entrevista semiestruturada e a observação participante das gestantes privadas de liberdade, durante a consulta de pré-natal no sistema prisional.	Assistência precária, ambiente hostil e insalubre.	O acesso da população penitenciária feminina às ações e serviços de pré-natal, parto e puerpério, ainda não é uma realidade no que tange à saúde no sistema penitenciário no âmbito do SUS.
Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade	Diuana, Ventura, Simas, Larouz, Correa, 2015. Brasil	Estudo descritivo/ Identificar e discutir as principais violações e desafios para a efetivação dos direitos reprodutivos, em especial à assistência das mulheres privadas de liberdade.	22 gestantes e mulheres cujos filhos se encontravam junto a elas na prisão e 19 profissionais que atuam no contexto da execução penal.	Entrevista com eixos temáticos definidos e grupos focais com as mães e gestantes.	Os atendimentos agendados de PN nem sempre são cumpridos.	As inúmeras violações e constrangimentos ao acesso ao direito a saúde, têm submetido mulheres e seus filhos a riscos e a sofrimentos físicos, psíquicos e morais.
Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil.	Leal, Ayres, Pereira, Sánchez, Larouzé, 2016. Brasil	Estudo observacional, descritivo/ Apresentar as características sociodemográficas das participantes, as condições e as práticas relacionadas à atenção à gestação e ao parto durante o encarceramento	495 mulheres, 206 gestantes e 289 mães.	Entrevistas estruturadas, coleta de dados do prontuário hospitalar da puérpera e do recém-nascido por ocasião do parto entrevista com gestores locais sobre a estrutura da unidade prisional e fotografias dos cartões de pré-natal das gestantes/mães e	Assistência precária, relatos de violência e péssima avaliação do serviço pelas usuárias.	O serviço de saúde não tem funcionado como barreira protetora e de garantia dos direitos desse grupo populacional.



Consmid

II Congresso Nacional de Saúde
Materno-Infantil e
Desenvolvimento Infantil

				da caderneta de saúde da criança.		
Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão.	Matos,Silva, Lima,2018. Brasil.	Estudo qualitativo / Compreender as representações sociais de gestantes e puérperas encarceradas sobre o gestar enquanto vivendo em Colônias Penais	19 mulheres integrantes de três instituições penais	Formulário contendo perguntas quanto às características sociodemográficas e aos dados gineco-obstétricos. Aplicou-se, posteriormente, a técnica de entrevista grupal.	Dificuldade de acesso ao serviço, atendimento técnico, sem participação da família.	A assistência oferecida não atende às necessidades e peculiaridades dessa população, com falhas na prestação de serviço, no que tange à saúde de cada uma delas.
Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil	Chaves, Araújo,2020. Brasil	Estudo misto/Tratar das impressões que as mulheres presas no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade têm acerca dos cuidados de saúde ofertados pela instituição	32 mulheres, sendo três gestantes e quatro lactantes e 25 internas.	Entrevistas semiestruturadas com sete presas e aplicação de questionários a 25 internas.	Atendimento oportuno, e de avaliação satisfatória segundo as entrevistadas.	A unidade materno-infantil mineira cumpre parte das expectativas e das necessidades das mulheres gestantes e mães em cumprimento de pena no estado.
Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica.	Dalenogare, Vieira; Maffaccioli, Riquinho, Coelho,2020. Brasil	Estudo descritivo exploratório/ Compreender as experiências de gestação e parto de mulheres em situação prisional.	6 mulheres que estavam em regime prisional.	O estudo utilizou-se a história oral testemunhal, a partir de uma entrevista única norteada por perguntas orientadoras e audiogravada.	Desassistência no pré-natal, vivência não percebida de violência obstétrica, sentimentos de abandono no parto.	Evidencia-se as inúmeras fragilidades na atenção à saúde das mulheres no ciclo gravídico-puerperal, que impossibilitam que esse público obtenha a assistência adequada e singular no período gravídico puerperal.
Políticas de algemas e cuidados durante a gravidez em prisões e cadeias	Kramer, Thomas, Patil, Hayes, Sufrin, 2020. Estados Unidos	Estudo descritivo/ Avaliar as políticas e práticas de gravidez em prisões e	1 ano de resultados mensais de gravidez e pós-parto em prisões e cadeias dos	Amostra de conveniência de 22 sistemas prisionais estaduais e seis prisões.	Os cuidados pré-natais de rotina para gestantes eram fornecidos por todas as unidades do	O estudo não foi capaz de coletar dados individuais sobre as gestantes sob cuidados nessas instalações ou suas perspectivas que pudessem esclarecer se as políticas e serviços tiveram



dos EUA.		cadeias, com ênfase no uso de contenção e no cumprimento da legislação anti-algemas	EUA.		estudo.	resultados de saúde a longo prazo.
Pertencimentos sociais e vulnerabilidades em experiências de parto e gestação na prisão.	Dalenogare, Vieira; Maffaccioli, Riquinho, Coelho, 2020. Brasil	Estudo descritivo exploratório/ Compreender as experiências de gestação e parto de mulheres em situação prisional.	7 mulheres egressas do sistema prisional que experienciaram gestação e parto no sistema prisional.	Caracterização sociodemográfica e uma única questão: “como foi a sua experiência de gravidez e parto na penitenciária, desde o momento que chegou até a hora do nascimento do bebê?”.	Insuficiente número de consultas de pré-natal, dificuldades de acesso à rede externa de saúde para realização de exames, vacinas e consultas em serviços especializados.	As experiências de gestar ou parir em cárcere são permeadas por violências que agravam as suas condições sociais e de saúde das gestantes privadas de liberdade e potencialmente, a de seus filhos(as).
Assistência pré-natal: percepção de gestantes e puérperas privadas de liberdade.	Silva, Silva Silva, Silva, Oliveira, Nascimento; Albuquerque, Lins; Melo, Guerra, 2024. Brasil	Estudo descritivo, exploratório/ Descrever a percepção de gestantes e puérperas privadas de liberdade sobre a assistência pré-natal	8 gestantes e puérperas que se encontravam em cárcere.	Entrevista com roteiro semiestruturado.	Carência de programas educacionais em saúde, avaliação negativa dos aspectos de acompanhamento mensais de consultas e infraestrutura precária.	Conclui-se que uma reorganização integral da assistência à saúde no ambiente prisional é indispensável, uma vez que a negligência em relação à saúde perinatal acarreta danos irreversíveis à vida das mulheres e de suas crianças
Experiências de gestantes e puérperas privadas de liberdade sobre o ciclo gravídico puerperal na prisão: estudo qualitativo.	Cabral, Santos, Dionizio, 2025. Brasil.	Estudo qualitativo/ Descrever a assistência oferecida às gestantes e puérperas privadas de liberdade durante a gestação, parto e puerpério.	Gestantes e puérperas privadas de liberdade encarceradas em uma penitenciária de São Paulo.	Coleta de relatos pessoais ou histórias compartilhadas pelas participantes.	Sentimentos de vulnerabilidade, insegurança e, muitas vezes, falta de acolhimento e sensibilidade por parte dos profissionais de saúde que atendem essas mulheres.	Este estudo destaca a precariedade das condições vividas por gestantes e puérperas no sistema prisional brasileiro, revelando um cenário de violações de direitos e insuficiência nos cuidados oferecidos durante o ciclo gravídico-puerperal.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025



Sob essa perspectiva, destaca-se a importância de compreender como ocorre a assistência pré-natal a mulheres em privação de liberdade no Brasil, analisando criticamente os desafios, estratégias e percepções presentes na literatura científica recente. A análise dos artigos permitiu identificar que, apesar da existência de diretrizes e políticas públicas voltadas à atenção integral à saúde da mulher, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e as Diretrizes Nacionais para a Atenção à Gestante Privada de Liberdade, ainda há fragilidades importantes na sua implementação prática nas unidades prisionais brasileiras. (Diuana *et al.*, 2016; Silva *et al.*, 2024).

A maioria dos estudos analisados evidenciou deficiências estruturais e assistenciais nas unidades prisionais, incluindo infraestrutura precária, número insuficiente de consultas de pré-natal, escassez de profissionais capacitados e ausência de protocolos específicos (Leal *et al.*, 2016; Teixeira de Santana, Oliveira e Bispo, 2026). Essas falhas comprometem o acesso das gestantes privadas de liberdade a um cuidado digno, qualificado e humanizado, descumprindo os princípios da equidade e da integralidade do Sistema Único de Saúde.

Em diversos relatos, as mulheres expressaram sentimentos angustiantes como abandono, medo, insegurança e humilhação durante o acompanhamento pré-natal, bem como a inexistência de vínculo com os profissionais de saúde (Matos, Silva e Lima, 2018; Cabral, Santos e Dionizio, 2025). Essa percepção negativa da assistência revela práticas desumanizadas e tecnicistas, distantes dos pressupostos da humanização do parto e do cuidado centrado na pessoa.

Adicionalmente, é notório a ausência de ações educativas em saúde e de apoio psicossocial, fundamentais para o empoderamento das gestantes no contexto prisional. Segundo Silva *et al.*, 2024, a falta de programas educativos e de informação compromete o protagonismo das mulheres sobre seu corpo e sua saúde, intensificando o ciclo de exclusão institucional.

Apesar do cenário predominantemente crítico, Chaves e Araújo (2020) apresentaram uma experiência distinta em uma unidade materno-infantil em Minas Gerais, na qual as gestantes relataram uma atenção mais organizada e sensível às suas necessidades. Contudo, tal experiência se mostrou isolada no conjunto de estudos, revelando a desigualdade regional e a ausência de uma padronização nacional na atenção às gestantes privadas de liberdade.

Além das falhas assistenciais, os artigos também destacaram formas sutis e explícitas de violência institucional e obstétrica, como o descumprimento de consultas agendadas,



Consmid

II Congresso Nacional de Saúde
Materno-Infantil e
Desenvolvimento Infantil

negligência no parto, ausência de acompanhante e uso de contenção física (Dalenogare *et al.*, 2020; Kramer *et al.*, 2023). Tais práticas não apenas violam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, mas também configuram graves infrações éticas e legais.

Dalenogare *et al.*, 2022, ressalta que a gestação e o parto vividos no cárcere são atravessados por pertencimentos sociais e vulnerabilidades que agravam o sofrimento e a exclusão dessas mulheres. Tais achados dialogam com o campo da saúde coletiva, que reconhece a influência dos determinantes sociais na produção de iniquidades em saúde.

A análise dos dados discutidos, é possível afirmar que o sistema prisional brasileiro, em sua configuração atual, não assegura as condições mínimas para a atenção humanizada e integral à saúde da mulher gestante. A negligência institucional, aliada à ausência de articulação entre os setores da saúde e da justiça, dificulta a efetivação das políticas públicas voltadas a essa população, perpetuando desigualdades históricas e estruturais (Diuana *et al.*, 2016; Silva *et al.*, 2020).

Diante dos fatos mencionados, é urgente a revisão das práticas institucionais relacionadas ao cuidado pré-natal no sistema prisional, com foco na formação ética e humanizada dos profissionais, no fortalecimento da rede de atenção à saúde e na implementação de mecanismos de monitoramento e fiscalização contínuos. A atenção à mulher encarcerada deve ser compreendida como um direito inalienável e uma responsabilidade coletiva, que exige o comprometimento do Estado e da sociedade na construção de um cuidado mais justo, equânime e inclusivo.

CONCLUSÃO

Após a análise dos dados, constata-se que, apesar das normativas e políticas públicas que garantem o direito à saúde dessa população, persistem falhas significativas na efetivação dos cuidados, especialmente em áreas como infraestrutura, qualificação profissional, continuidade do atendimento e humanização dos serviços.

Essas lacunas não apenas comprometem a saúde do binômio mãe-bebê, mas também reforçam desigualdades históricas, violando direitos fundamentais das mulheres encarceradas. A pesquisa evidencia que a realidade dessas gestantes é marcada por negligência,



Consmid

II Congresso Nacional de Saúde
Materno-Infantil e
Desenvolvimento Infantil

desinformação, práticas desumanas e, muitas vezes, pela falta de vínculo entre profissionais de saúde e as usuárias do sistema prisional.

Do ponto de vista acadêmico, os resultados deste estudo contribuem para aprofundar o debate sobre a saúde das mulheres no cárcere, promovendo uma reflexão sobre os impactos das desigualdades sociais na saúde reprodutiva. No plano social, a pesquisa destaca a necessidade de políticas públicas mais eficazes, acompanhadas de estratégias de fiscalização e responsabilização institucional, para garantir um cuidado ético, humanizado e justo a essas mulheres marginalizadas. Ademais, ressalta-se a importância da realização de estudos longitudinais que investiguem o acompanhamento durante o pré-natal.

Em suma, assegurar o direito à saúde das mulheres encarceradas, especialmente durante a gestação, configura-se como um compromisso que ultrapassa os limites do sistema prisional. A atuação integrada do Estado, da sociedade e das instituições de ensino e pesquisa mostra-se fundamental. Somente com esse esforço conjunto será possível transformar a realidade do pré-natal no cárcere e promover a justiça reprodutiva para todas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em : 6 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm> Acesso em: 6 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça; Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas



de Liberdade no Sistema Prisional no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/361/3/PRI_GM_2014_210.html> . Acesso em: 5 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça; Secretaria de Políticas para as Mulheres. Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2014. Disponível em: <<https://portalparaliberdade.igarape.org.br/politica-nacional-de-atencao-as-mulheres-em-situacao-de-privacao-de-liberdade-e-egressas-do-sistemaprisional-2014/>> Acesso em: 6 jul. 2025

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 318 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; Cadernos de Atenção Básica, n. 32). Disponível em < https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf> Acesso em 5 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pnaisp>>. Acesso em: 5 jul. 2025.

CABRAL, Pamela Alves de Sousa; SANTOS, Gustavo Gonçalves dos; DIONIZIO, Leticia de Almeida. Experiências de gestantes e puérperas privadas de liberdade sobre o ciclo gravídico-puerperal na prisão: estudo qualitativo. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 14, e5976, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2025.e5976>. Acesso em: 2 jul. 2025.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, e00101417, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>>. Acesso em: 07 jul. 2025.

CHAVES, Luana Hordones; ARAÚJO, Isabela Cristina Alves de. Gestação e maternidade em cárcere: cuidados de saúde a partir do olhar das mulheres presas em uma unidade materno-infantil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e300112, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300112>. Acesso em: 2 jul. 2025.

DALENOGARE, Gabriela; VIEIRA, Larissa B.; MAFFACCIOLLI, Ricardo; RIQUINHO, Débora L.; COELHO, Daniel F. Pertencimentos sociais e vulnerabilidades em experiências de parto e gestação na prisão. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 263–272,



Consmid

II Congresso Nacional de Saúde
Materno-Infantil e
Desenvolvimento Infantil

2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271.33922020>. Acesso em: 2 jul. 2025.

DIUANA, Vanessa; VENTURA, Miriam; SIMAS, Leandro; LAROUZÉ, Bernard; CORRÊA, Mariza. Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2041–2050, jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.21632015>. Acesso em: 2 jul. 2025.

KRAMER, Camille; THOMAS, Karenna; PATIL, Ankita; HAYES, Crystal M.; SUFRIN, Carolyn B. Shackling and pregnancy care policies in US prisons and jails. *Maternal and Child Health Journal*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 186–196, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10995-022-03526-y>. Acesso em: 2 jul. 2025

LEAL, Maria do Carmo; AYRES, Bianca Vanessa da Silva; ESTEVES-PEREIRA, Amélia Pires; SÁNCHEZ, André Reynaldo; LAROUZÉ, Bernard. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2061–2070, jul. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MATOS, Khesia Kelly Cardoso; SILVA, Susanne Pinheiro Costa e; LIMA, Juciara Karla de Souza. Representações de mulheres encarceradas sobre gestar na prisão. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, Recife, v. 12, n. 11, p. 3069–3077, 2018. DOI: 10.5205/1981-8963-v12i11a235006p3069-3077-2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/235006>. Acesso em: 2 jul. 2025.

MORAES, Livia França; SOARES, Leila Cristina; RAUPP, Roberta Monteiro; MONTEIRO, Denise Leite Maia. Maternidade no cárcere: influência na saúde física e emocional. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 23, e20210246, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9304202300000246>. Acesso em: 07 jul. 2025.

MOREIRA, Camila Jesus; DAHER, Donizete Vago; FARIA, Magda Guimarães de Araujo; PAULA, Hermes Candido de; AMIM, Eleinne. Gestantes privadas de liberdade: o desafio da assistência ao pré-natal. *Revista Nursing*, São Paulo, v. 22, n. 249, p. 2644–2649, 2019. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/254>. Acesso em: 6 jul. 2025.

NATÁLIA L. A.; LINS, Simone E. F.; MELO, Eduardo A.; GUERRA, Marcos C. G. C. Assistência pré-natal: percepção de gestantes e puérperas privadas de liberdade. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 19 set. 2024. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/17249>. Acesso em: 2 jul. 2025.



Consmid

II Congresso Nacional de Saúde
Materno-Infantil e
Desenvolvimento Infantil

PAGE, Matthew J; MOHER, David; BOSSUYT, Patrick M; et al. PRISMA 2020 explanation and elaboration: updated guidance and exemplars for reporting systematic reviews. *BMJ*, p. n160, 2021. Disponível em: <https://www.bmj.com/lookup/doi/10.1136/bmj.n160>. Acesso em: 5 jul. 2025.

PICCININI, César Augusto; LOPES, Rita Sobreira; GOMES, Aline Grill; DE NARDI, Tatiana. Gestação e a constituição da maternidade. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 1, p. 63–72, mar. 2008. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000100008>>. Acesso em: 4 jul. 2025.

PICOLÍ, Renata Palópoli; SANTOS, João Paulo da Silva; ARAZAWA, Carolina Yume; MEDEIROS, Igraine Cristina Passone de; LEITE, Milena Foizer; FURTADO, Nathalie; FREITAS, Pedro Henrique Gutierrez Vargas; REIS, Edilson dos. Gestação e puerpério no cárcere: estudo descritivo da atenção à saúde. *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador, v. 38, n. 1, p. 123–135, 2014. Disponível em: <<https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/413>>. Acesso em: 6 jul. 2025.

SALES, Ana Carolina; NAKADA, Gabrielle Kimie Pinheiro; PALOMBIT, Mateus Rodrigo; CONCEIÇÃO, Vander Monteiro; BALDAN, Sueli Santiago; FARÃO, Elaine Miguel Delvivo; SIMONETI, Rafaela Azevedo Abrantes de Oliveira. Cuidado em saúde das mulheres grávidas privadas de liberdade: revisão integrativa. *Revista Baiana de Enfermagem* (Online), Salvador, v. 35, e36114, 2021. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1149689>>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SILVA, Jeferson Barbosa; MORAES, Marina Nascimento de; BRANDÃO, Bárbara Maria Lopes da Silva; FREITAS, Waglânia Mendonça Faustino e; SOUTO, Rafaela Queiroga; DIAS, Maria Djair. Mulheres em privação de liberdade: narrativas de des(assistência) obstétrica. *Revista Mineira de Enfermagem*, Belo Horizonte, v. 24, 2020. Epub 15 fev. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/1415.2762.20200083>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SILVA, João da Silva J. D. J.; SILVA, Fernanda P. da; SILVA, Úrsula A. da; SILVA, Maria José M. da; OLIVEIRA, Nelson M. R. de; NASCIMENTO, Ana Paula P.; ALBUQUERQUE, Natália L. A.; LINS, Simone E. F.; MELO, Eduardo A.; GUERRA, Marcos C. G. C. Assistência pré-natal: percepção de gestantes e puérperas privadas de liberdade. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 19 set. 2024. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/17249>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 5 jul. 2025.

TEIXEIRA DE SANTANA, Ariane; OLIVEIRA, Gleide Regina de Souza Almeida; BISPO, Tânia Christiane Ferreira. Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência no pré-



Consmid

**II Congresso Nacional de Saúde
Materno-Infantil e
Desenvolvimento Infantil**

natal. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 40, n. 1, 2026. Disponível em:
<https://doi.org/10.22278/2318-2660.v40.n1.a778>. Acesso em: 2 jul. 2025.



Consmid